

**CONSELHO ESTADUAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA – CEES-PR**  
**ATA da 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

1 Ata da 18ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual da Economia Solidária do Estado do Paraná,  
2 coordenada pela representante da Presidência, **Amanda Correia dos Santos** (SETR), realizada  
3 no dia 14 de Maio de 2024, com início às 14:00 horas, no Palácio das Araucárias – Curitiba, Rua  
4 Jacy Loureiro de Campos s/nº, CEP 82590-300, Curitiba/PR. Participaram os seguintes  
5 representantes das entidades que compõem o Conselho Estadual da Economia Solidária – CEES:  
6 Amanda Correia dos Santos Coordenadora de Apoio e Geração e Renda (SETR) e representante  
7 do presidente, Secretário Mauro Moraes (Resolução 3932/2024); Rodriano de Souza,  
8 representante da Superintendência Geral de Diálogo e Interação Social (SUDIS); Maria Luísa  
9 Carvalho, representante da Rede de Incubadoras Universitárias de Apoio e Fomento à  
10 Economia Solidária – RIU/PR; Valdenir Batista Veloso Neto, representante da Secretaria da  
11 Agricultura e Abastecimento; Maria de Fátima de Costamilan, representante da ONG Moradia e  
12 Cidadania Paraná, Tânia Mara Jubanski dos Santos, representante da Rede Paranaense de  
13 Economia Solidária / Rede Mandala. Rosângela Rigoni, representante da Cáritas Brasileira –  
14 Regional Paraná; Edson Leonardo Pilati, representante pela rede Cooperativa Mista de Agra  
15 industrialização Comercialização da Agricultura Familiar e Reforma Agrária – Copernaturingá;  
16 Ronaldo Jose Moreira, Associação dos Artesãos De Cascavel - Ninho Das Artes;  
17 Suplentes: Desireé Barbosa Santiago (SUDIS); **Convidados:** Claudia, Alessandra e Luiza Reis  
18 empreendimento Transformarte; Marcia e Vladimir Rede de Gestores; Jacson Paulo Tessaro,  
19 Vice Presidente do Conselho Municipal de Economia Popular Solidária (CMEPS); Rayane Costa,  
20 voluntária Cáritas; Durce Figueredo; Tendo como **pauta:** **1. Abertura Reunião Ordinária do**  
21 **Conselho Estadual de Economia Solidária no Paraná com aprovação das pautas** **2.**  
22 **Justificativas de ausência** **3. Mandatos conselheiros Biênio 2024/2025** **4. Aprovação da Ata**  
23 **17ª Reunião Ordinária** **5. Assinatura das Atas 13ª, 14ª e 15ª Ordinárias e a 4ª, 5ª e 6ª**  
24 **Extraordinária** **6. Organização Grupos temáticos e comissões de trabalho: I – Comissão de**  
25 **Trabalho Institucional; II – Comissão de Trabalho de Mapeamento, Cadastro e Certificação; III**  
26 **– Comissão de Trabalho de Formação; 7. Atualização Regimento Interno CEES** **8. Aprovação**  
27 **do Calendário de Reuniões 2º Semestre** **9. Encerramento da reunião.** Amanda faz abertura da  
28 reunião saudando a todos e agradecendo por estarem presentes, informa que o conselheiro  
29 Ronaldo justificou sua ausência nesta reunião e também comunicou sua decisão de se retirar de  
30 sua posição de conselheiro no conselho. A mesma relata que solicitou que o Ronaldo  
31 formalizasse essa decisão por e-mail e também para o fórum, a fim de que pudéssemos  
32 proceder com a substituição adequada de sua cadeira. No entanto, até o momento, Amanda diz  
33 não ter recebido nenhum comunicado oficial por e-mail. Em relação a esse assunto, a  
34 conselheira Rosângela informou que o Fórum já recebeu o pedido de desligamento do  
35 conselheiro Ronaldo e está em processo de diálogo com a entidade de Umuarama para assumir  
36 essa vaga. Dando sequência, Rosângela menciona ter uma dúvida em relação ao decreto  
37 nº5518/2024, datado de 17/04/2024, que menciona que o Secretário Mauro Moraes assumirá  
38 a presidência do conselho. Entretanto, sua dúvida refere-se quanto ao nome da Amanda  
39 Correia estar como presidente na convocação para a 18ª reunião de Economia Solidária.

**CONSELHO ESTADUAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA – CEES-PR**  
**ATA da 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

40 Representante Amanda, fala que a pauta seguinte trataria sobre esse assunto do mandato dos  
41 conselheiros do Biênio para os anos de 2024 e 2025, conforme estabelecido na Resolução  
42 020/2024. Relata que é importante ressaltar que, de acordo com a Resolução 020/2024, foi  
43 nomeada como representante do Presidente Mauro Moraes em sua ausência. Conselheira  
44 Rosângela, fala que o correto não é a assinatura da convocação constar Amanda como  
45 presidente, sendo que a mesma está representando o Presidente do conselho Mauro Moraes,  
46 relata que a dúvida ainda existe e que precisa ser eleita uma mesa para dar continuidade e  
47 exercer o trabalho do conselho, não é só o presidente que delibera existe uma mesa executiva,  
48 a mesma fala que para eles que são militantes, e estão em vários espaços em outros conselhos  
49 ficou confuso, e que para a sociedade civil um decreto determinar que a presidência do  
50 conselho é o atual Secretário da pasta é antidemocrático. Relata ter sido conversado sobre a  
51 alteração do decreto e que vão continuar conversando sobre a alteração, solicita que os demais  
52 conselheiros que foram ratificados pelo fórum paranaense se pronunciem caso estejam com  
53 dúvidas. A mesma fala que não se trabalha o conselho apenas com uma presidência, que é  
54 necessário eleger uma mesa. Suplente Amanda, responde que podem buscar uma nova  
55 orientação ao Jurídico para esclarecer essa questão de forma mais definitiva. De acordo com a  
56 última orientação dada pelo jurídico, como mencionado no Decreto 3932/2020 do conselho, na  
57 ausência do presidente, uma pessoa de competência na secretaria o substituirá em suas  
58 reuniões. Posteriormente, foi emitida uma resolução nº 020/2024 na qual seu nome é indicado  
59 como representante do Presidente Mauro Moraes, o que permite realizar o trabalho  
60 pertinente ao conselho na ausência do mesmo. Conselheira Rosângela, fala que é crucial buscar  
61 a orientação do departamento jurídico e do Ministério Público novamente para esclarecer a  
62 situação, se os conselheiros se limitarem a apenas acatar as decisões do presidente sem espaço  
63 para divergências ou diálogo isso compromete seriamente a natureza democrática e  
64 participativa do conselho. Declara que é leiga no meio do conselho e não sabe quais são os seus  
65 direitos civis, a mesma irá conversar com a entidade na qual faz parte relatando que a  
66 militância não vai deixar de existir, porque estar dentro de um conselho onde não tem espaço  
67 democrático de direito com uma mesa, e se existe um decreto dizendo que Presidente é o  
68 secretário o mínimo que o Presidente poderia fazer a sociedade civil era deixar a sua função de  
69 secretário e fazer com que exista uma mesa, prossegue sua fala declarando que isso é brincar  
70 com a militância, é brincar com as vidas de empreendimentos que dependem da luta, do  
71 debate, da construção de gestão que é o Estado e sociedade civil para que as políticas públicas  
72 funcionem. A mesma fala que foi perdida cinco meses ou mais, que é o único conselho que a  
73 mesma faz parte e não se sente estimulada em permanecer, onde não é respeitado os seus  
74 direitos como cidadã. Suplente Amanda reforça que para sanar as dúvidas dos conselheiros  
75 pode-se deliberar a consulta ao departamento jurídico para obter um parecer sobre o assunto.  
76 Ressalta que seria uma maneira eficaz de esclarecer as questões legais relacionadas à estrutura  
77 e funcionamento do conselho, complementa dizendo que não é a mesa diretiva que decide,  
78 todos os conselheiros possuem o mesmo peso do voto na hora de deliberar. Conselheira

**CONSELHO ESTADUAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA – CEES-PR**  
**ATA da 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

79 Rosângela, fala que é o primeiro conselho na qual faz parte que o presidente através de um  
80 decreto é um secretário de Estado, e quando o presidente não pode participar da reunião ele  
81 nomeia alguém que é da mesma secretaria para assumir a presidência. Prossegue sobre a  
82 preocupação de a sociedade civil não poder se colocar para exercer a sua função de direito pelo  
83 vice-presidente para fazer um diálogo através da mesa executiva. Suplente Amanda, pergunta  
84 para os demais conselheiros se aceitam deliberar a consulta com o jurídico para que possa ser  
85 fundamentada a questão da mesa diretiva, explica novamente sobre a mudança do presidente  
86 do conselho ser o secretário. Comenta que como o conselho de economia solidária ainda não  
87 possui um fundo próprio, a Casa Civil solicitou que os secretários assumissem a presidência  
88 para facilitar a articulação e o funcionamento do conselho. Conselheira Maria Luisa, fala que o  
89 conselho foi criado para fortalecer a democracia direta. Em relação ao regimento interno que  
90 foi acordado e que previa uma mesa diretiva, é fundamental entender como seria o  
91 funcionamento dessa mesa e garantir que seja implementada de acordo com o que foi  
92 estabelecido, quanto às comunicações oficiais, é essencial que elas sejam postadas na página  
93 do conselho e compartilhadas com todos os conselheiros, na gestão atual e nas próximas  
94 gestões. Sobre a substituição do presidente designado e a nomeação do secretário como  
95 presidente do conselho, acredita que seja uma exceção e se surpreende por ser o secretário  
96 pelo o fato de ele ter toda uma agenda, acredita que pegar a atribuição de ser presidente do  
97 conselho é inviável. A mesma da sequência mencionando o conselho Municipal de Curitiba, que  
98 não tem fundo, mas ainda assim mantém a rotatividade na presidência, concorda com o pedido  
99 da conselheira Rosângela, diz que ficou sabendo da prorrogação do mandato quando um colega  
100 de economia solidária comentou com ela que havia visto o decreto no site do conselho,  
101 complementa que acha complicada os conselheiros serem os últimos a obterem informações.  
102 Vladimir, fala que é incomum ver um decreto que é meramente consultivo, especialmente  
103 quando ele afeta aspectos tão importantes como a alternância na presidência do conselho, diz  
104 que o nome do conselho deve ser alterado para Comissão de Economia Solidária, fala sobre o  
105 conselho estar garantido na constituição e que todos os conselhos tem alternância e são  
106 paritários. Complementa dizendo que a prática de iniciar o conselho com representantes do  
107 Estado não é universal e pode variar dependendo do contexto e das normas estabelecidas. Sua  
108 experiência anterior no conselho do trabalho confirma que não é uma prática obrigatória, o  
109 mesmo fala que seria inédito fazer a publicação do decreto no diário oficial da união, defende  
110 que o decreto precisa ser anulado e que tenha alternância na presidência, finaliza que vai  
111 realizar uma consulta no ministério público junto com os demais conselheiros. Conselheiro  
112 Valdenir Neto, fala que é importante garantir que a estrutura e o funcionamento do conselho  
113 resguardem os conselheiros do Estado e que é importante fazer uma consulta ampla relata ter  
114 participado de vários conselhos e não havia presenciado ainda o formato do conselho do CEES  
115 onde o secretário do Estado é o presidente e o mesmo fazem a indicação de quem vai o  
116 representar em eventuais ausências em reuniões. Durce Figueiredo ressalta que o conselho não  
117 esta respeitando os fundamentos da constituição, e que não respeita a participação popular e a

**CONSELHO ESTADUAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA – CEES-PR**  
**ATA da 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

118 economia solidária, a mesma fala que não basta apenas fazer uma consulta com o Jurídico, pois  
119 ele pode até ter uma avaliação de que está correto, pergunta se democraticamente a  
120 população está sendo respeitados, os empreendimentos estão sendo respeitada a economia  
121 solidária está sendo respeitada. Conselheira Maria de Fátima destaca que teve  
122 descumprimento do que foi acordado anteriormente, especialmente em relação ao processo de  
123 prorrogação do mandato e à promessa da reformulação do decreto que foi discutido em  
124 reunião com o Deputado Professor Lemos, o secretário Mauro Moraes e o diretor geral Kevin,  
125 relata que o conselho ficou se arrastando e tendo problemas com mudanças de presidência por  
126 questões internas do governo, relata que a sociedade Civil teve toda compreensão e toda boa  
127 vontade de dialogar. A mesma fala que na ultima reunião houve um acordo que após a  
128 publicação do mandato, seria chamada uma reunião para estudar a reformulação do decreto, e  
129 que eles não vão aceitar o que esta sendo colocado em reunião, pois existe uma legislação e  
130 um regimento que precisam ser respeitados, conselheira Maria de Fátima, pede pelo  
131 encerramento da reunião e que se os demais conselheiros aceitarem seguir com as outras  
132 pautas estarão aceitando o que foi colocado, defende que a próxima reunião seja marcada  
133 tendo como primeira pauta a reformulação do decreto. Ressalta que a reformulação já estava  
134 acordada com o secretario Mauro Moraes, professor Lemos e o diretor geral Kevin, fala que o  
135 Governo esta tentando dar um golpe na sociedade Civil e que não vão aceitar. Conselheira  
136 Amanda, responde que em relação à discussão sobre a reformulação do decreto o que está  
137 sendo tratado na reunião atual já foi discutido anteriormente, especialmente na presença do  
138 Diretor Geral Kevin e das Conselheiras Rosangela e Maria de Fátima. Ela destaca que, de acordo  
139 com o que foi discutido, não há uma proposta de revogação do decreto, mas sim uma abertura  
140 para sentar e discutir a redação do mesmo. Ela ressalta que, juridicamente, a situação não está  
141 sendo tratada como algo ilegal e que o Secretário Mauro e o Diretor Kevin estão dispostos a se  
142 reunir com os conselheiros para tratar do assunto. Conselheira Rosangela destaca que esta  
143 tendo muito embates no conselho atual, e reconhece o papel construtivo do conselheiro  
144 Valdenir Neto, na promoção e no estímulo à formação de conselhos municipais e regionais,  
145 ressalta a importância de entender e respeitar os espaços de direitos de defesa dentro do  
146 contexto do conselho, a mesma partilha das preocupações sobre a falta de diálogo efetivo com  
147 a sociedade civil na elaboração e revisão do decreto, especialmente após a promessa de  
148 discussão prévia feita anteriormente. A mesma diz que na reunião anterior, com a presença do  
149 secretario Mauro Moraes, diretor Geral Kevin, professore Lemos, conselheira Maria de Fátima,  
150 suplente Amanda, Pâmela, suplente Francisco, Dr. Rosalbo (advogado jurista), Vladimir,  
151 conselheira Maria Luisa, foi feito um relatório para o fórum e evidenciou que houve várias  
152 críticas da maneira com que foi feito o decreto, relata que em um momento do debate ouve  
153 uma fala do professor Lemos e do presidente Mauro Moraes sobreum diálogo para ver uma  
154 forma de revogar o decreto, e iriam avisar a sociedade civil. Expressa que considera a reunião  
155 da comissão encerrada para eles, ela destaca a frustração e a sensação de exclusão, que a falta  
156 de diálogo e transparência pode gerar entre os membros da sociedade civil. Conselheiro

**CONSELHO ESTADUAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA – CEES-PR**  
**ATA da 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

157 Valdenir Neto destaca a importância do diálogo construtivo e da colaboração entre o governo e  
158 a sociedade civil no processo de tomada de decisões, ele enfatiza a abertura e a disposição do  
159 Governador Ratinho em promover um ambiente democrático e inclusivo, onde as diferenças  
160 partidárias não são obstáculo para o diálogo e a cooperação, o conselheiro Valdenir Neto,  
161 ressalta a necessidade de um engajamento mais próximo entre os representantes do Governo e  
162 da sociedade Civil para resolver questões pendentes e promover uma colaboração mais efetiva  
163 no interesse comum. Conselheiro Edson questiona a legitimidade da designação de outra  
164 pessoa para presidir a reunião na ausência do presidente e ressalta a necessidade de um  
165 regimento claro e oficial que estabeleça as regras e procedimentos para o funcionamento do  
166 conselho. Amanda, responde que estas questões estão claras no decreto. Conselheiro Edson, fala  
167 que o decreto parece suprimir disposições da lei estadual de economia solidária, ele destaca a  
168 importância de garantir que as deliberações do conselho estejam em conformidade com a  
169 legislação vigente, o mesmo fala da falta de uma rotatividade na presidência e a importância da  
170 economia solidária como uma iniciativa que promove a base da sociedade, destacando as feiras  
171 e as atividades de militância como exemplos. No entanto, ele expressa sua preocupação com a  
172 insistência do Secretário do Trabalho em unilateralmente determinar a presidência do conselho  
173 pelo governo, o que contradiz a própria essência e propósito de um conselho, o mesmo fala  
174 que como representante do Fórum de Economia Solidária, ele solicita formalmente que seja  
175 encaminhada uma denúncia sobre a irregularidade do conselho, buscando sua regularização  
176 jurídica. Além disso, ele enfatiza a importância da presença do presidente do conselho nas  
177 reuniões por uma questão de respeito, criticando a ausência do Secretário na primeira reunião.  
178 Conselheira Rosângela destaca a intenção do Fórum de trazer uma proposta para a gestão do  
179 conselho e estabelecer uma parceria com o Governo do Estado para a realização da conferência  
180 estadual, relata que, diante do exposto o Fórum assumirá a responsabilidade pela conferência  
181 estadual, pois não dependerá de quem não demonstra respeito pelos interesses e  
182 contribuições da sociedade civil. Suplente Desirré, pontua sua experiência em outros conselhos,  
183 como o Conselho Estadual de Direitos Animais, onde o secretário também atua como  
184 presidente, a mesma concorda com o Conselheiro Valdenir Neto sobre a importância do  
185 diálogo por parte do governo estadual, destacando o papel da Superintendência de Diálogo e  
186 Interação Social, do qual ela e o Conselheiro Rodriano fazem parte, em mediar essas conversas  
187 e garantir que todas as partes sejam ouvidas, sugere solicitar um parecer jurídico à  
188 Procuradoria Geral do Estado, um órgão imparcial e de instância máxima jurídica, para garantir  
189 uma análise justa e objetiva da situação, propõe a realização de uma reunião com o secretário,  
190 o professor Lemos e o diretor geral, com registro em ata e gravado, para um diálogo.  
191 Conselheiro Valdenir Neto sugere encaminhar toda a legislação que cria o conselho de  
192 economia solidária, juntamente com os decretos pertinentes, para a Procuradoria Geral do  
193 Estado, além disso, enviar o resultado da reunião atual, destacando o ponto polêmico  
194 discutido, para solicitar esclarecimentos adicionais. Conselheira Maria de Fátima destaca que o  
195 que está sendo pontuado representa um desrespeito aos dois anos de diálogo e atuação ativa

**CONSELHO ESTADUAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA – CEES-PR**  
**ATA da 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

196 dos conselheiros em eventos e organização de agendas, que foram registrados no portfólio do  
197 governo como ação Governamental, apesar de serem iniciativas da sociedade civil, a mesma  
198 enfatiza a necessidade de respeito aos conselheiros, ao regimento e à vice-presidência, que,  
199 durante a prorrogação do mandato, pertence à sociedade civil. Ressalta que a ausência de  
200 diálogo e a retirada de pontos importantes do decreto sem consulta à sociedade civil são  
201 inaceitáveis. Ao rejeitar a idéia de encaminhar o problema para a Procuradoria Geral do Estado,  
202 ela enfatiza a necessidade de uma solução direta e imediata: sentar-se para revogar as decisões  
203 que desrespeitam os direitos dos conselheiros da sociedade civil. A mesma relata que a  
204 sociedade civil tem competência inclusive na organização de eventos importantes como a  
205 conferência, enfatiza que, se o secretário Mauro Moraes, continuar adotando essa postura de  
206 desrespeito e falta de diálogo, será uma vergonha para o governo do estado. Suplente Desirré,  
207 sublinha a importância crucial do diálogo e da colaboração entre o Governo do Estado e a  
208 sociedade Civil. Ela ressalta a necessidade de melhorar o canal de comunicação e de garantir  
209 que todas as partes envolvidas sejam ouvidas de maneira adequada, sugere que a consulta  
210 jurídica seja feita à Procuradoria Geral do Estado, demonstrando um compromisso com a busca  
211 por soluções legais sólidas e imparciais. Vladimir enfatiza que a questão em debate não se  
212 resume a uma análise jurídica da PGE, mas sim ao respeito ao diálogo e à alternância da  
213 presidência no conselho, fala que a PGE vai dar o retorno que o Governo quer e não ao  
214 contrário, o que vai contra os princípios democráticos e de transparência. Ele ressalta a  
215 importância da vice-presidência e critica a supressão do papel da vice em coordenar a reunião,  
216 destacando que isso nunca ocorreu antes. Conselheiro Ronaldo exprime sua indignação com a  
217 representação unicamente governamental no conselho, destacando que isso é inaceitável para  
218 a economia solidária, que não parece ser uma prioridade para o Governo. Ele enfatiza a  
219 importância de revogar o decreto atual e reformular a situação, pois a estrutura atual não  
220 permite construir efetivamente políticas para a economia solidária. Amanda sugere que o  
221 debate sobre o decreto seja realizado de forma concomitante as demais pautas do conselho  
222 para que os trabalhos possam continuar e abre votação para que os conselheiros se posicionem  
223 favoravelmente contra ao prosseguimento da reunião com a discussão das demais pautas  
224 pertinentes ao conselho. Conselheira Maria Luisa expressa que desde 2023 estão paralisados  
225 devido à falta de validade das reuniões. Ela destaca o paradoxo de como a sociedade civil é  
226 questionada sobre seus papéis e documentos enquanto o Governo emite um decreto  
227 inconstitucional. Questiona o fato de o secretário ter se autointitulado presidente vitalício do  
228 conselho, algo que considera sem sentido. Diante disso, ela não vê razão para dar continuidade  
229 a reunião do conselho, pois entende que não tem mais validade. Suplente Amanda enfatiza que  
230 todos os conselheiros estão legalmente nomeados conforme legislação, e aqueles que  
231 deveriam ser substituídos já foram atualizados e constam no site do conselho. Ela esclarece que  
232 há validade para deliberar sobre as pautas em debate. Conselheiros Rodriano sugere agendar  
233 uma nova data para conversar com o secretário, já que as pautas não serão deliberadas na  
234 presente reunião. Conselheiro Ronaldo se abstém da votação pela ausência dos demais

**CONSELHO ESTADUAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA – CEES-PR**  
**ATA da 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

235 conselheiros que abandonaram a reunião em protesto. Conselheira Maria Luísa fala sobre o  
236 encerramento da reunião por falta de representação adequada da sociedade civil e vota a favor  
237 do encerramento. Conselheiros Rodriano, Valdenir Neto e Amanda votam a favor da  
238 continuidade da reunião. Diante da falta de quórum para deliberações sobre as demais pautas,  
239 a conselheira **Amanda Correia dos Santos** deu por **encerrada** às 15:59hrs a 18ª Reunião  
240 Ordinária do CEES e eu, **Thalita Renata de Oliveira**, lavrei o presente ata. Curitiba, 14 de maio  
241 de 2024.